



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007780-32.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Alexandre Reiff Janini**
 Requerido: **Global Trading Comercio, Importação e Exportação de Relógios, Joias, Vestuários, Armas, Munições e Acessórios Ltda Me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Dispensado o relatório. Decido.

Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva porquanto está comprovado nos autos que o prestador de serviço, ou seja, o fornecedor, independentemente do nome que consta do instrumento contratual, é a pessoa jurídica, como aliás comprovado pela publicidade de folhas 200/201, e reforçado pelo e-mail utilizado para as conversas durante a fase pré contratual e de execução da avença: contato@gunshouse.com.br.

Rejeito a alegação de "possibilidade de dar continuidade à intermediação de importação das armas", vez que o tempo de inadimplemento contratual já extrapolou e muito o tolerável, estando configurado o inadimplemento absoluto e não a simples mora.

Quanto ao mérito, procede em parte a demanda.

O importador é considerado fornecedor (art. 3º, caput, CDC) e portanto é também responsável, objetiva e solidariamente com os demais fornecedores da cadeia de consumo, pelos vícios de produto (art. 18 do CDC), entre o quais encontra-se, sem qualquer sombra de dúvida, o inadimplemento pela não entrega do produto.

Por tal razão, não é relevante discutir se a ré tem alguma culpa pelo fato de a vendedora, nos EUA, ter falido no intervalo de tempo entre o pagamento do preço e a remessa das



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

armas adquiridas. Trata-se de responsabilidade objetiva, que independente de culpa, com o propósito de facilitar a tutela do direito do consumidor, que pode demandar contra qualquer fornecedor na cadeia de fornecimento do produto.

Sendo assim, como houve o inadimplemento, sem que o autor tenha recebido o produto adquirido, é de rigor a sua indenização pelos danos materiais correspondentes ao montante que desembolsou – seja diretamente com a ré, seja diretamente com a loja vendedora nos EUA – com a operação, como aliás lhe garante o art. 18, § 1º, II do CDC.

Por outro lado, não estão comprovados os danos morais.

Cumprido notar, de início, que a decisão de fl. 202 inverteu o ônus da prova em relação a praticamente todos os aspectos da presente lide, salvo justamente este, que é pertinente aos danos suportados pelo autor.

Com efeito, apesar do valor expressivo da compra efetivada pelo autor, nem por isso se comprovou transtorno para além daquele que há, naturalmente, em hipóteses de inadimplemento contratual.

Como decidiu o Superior Tribunal de Justiça: "(...) **A jurisprudência desta Corte entende que o simples inadimplemento contratual não gera, em regra, danos morais, por caracterizar mero aborrecimento, dissabor, envolvendo controvérsia possível de surgir em qualquer relação negocial, sendo fato comum e previsível na vida social, embora não desejável nos negócios contratados.**" (AgInt no REsp 1476632/SP, Rel. Min. Raul Araújo, 4ªT, j. 17/08/2017)

O desgaste suportado pelo autor com a tentativa de solução extrajudicial não configura, segundo regras de experiência e os parâmetros jurisprudenciais, dano moral suscetível de justificar lenitivo de ordem pecuniária.

Julgo parcialmente procedente a ação e condeno a ré Global Trading Comércio, Importação e Exportação de Relógios, Jóias, Vestuários, Armas, Munições e Acessórios Ltda –



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

ME a pagar a Alexandre Reiff Janini as quantias de (a) R\$ 9.653,41, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde o pagamento, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação (b) R\$ 3.260,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP desde o pagamento, e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação.

Sem verbas sucumbenciais, no juizado, em primeiro grau.

P.I.

São Carlos, 27 de março de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**